



MUNICÍPIO DE ARMAMAR

**RELATÓRIO
E CONTA DE GERÊNCIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO

2015



LISTA NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca
Presidente da Câmara Municipal

António Manuel Almeida Rego da Silva
Vereador e Vice-presidente

Cláudia Isabel Gomes de Jesus Damião
Vereadora

José Maria Matos de Carvalho
Vereador

Luís Miguel Pires de Paiva Cardoso Pinto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO.....	9
1.1 A NÍVEL EXTERNO E INTERNO.....	9
1.2 A NÍVEL INTERNACIONAL E EUROPEU.....	10
1.3 A NÍVEL NACIONAL.....	11
1.5 A NÍVEL LOCAL.....	13
CAPÍTULO II – REPORTING ORÇAMENTAL.....	15
2.1. FLUXOS DE CAIXA.....	16
2.2. EXECUÇÃO GLOBAL DAS RECEITAS.....	17
2.3. EXECUÇÃO GLOBAL DAS DESPESAS.....	19
2.3.1 DESPESAS CORRENTES.....	21
2.3.2 DESPESAS DE CAPITAL.....	22
2.4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	24
CAPÍTULO III – REPORTING DA DÍVIDA MUNICIPAL.....	26
3.1. REQUISITOS LEGAIS DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO.....	26
3.2. ENDIVIDAMENTO LEGAL.....	27
3.3. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS.....	29
3.4. PAGAMENTOS EM ATRASO.....	30
3.5. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL.....	31
CAPÍTULO IV – REPORTING E ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	32
4.1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	32
4.2. ANÁLISE ECONÓMICA À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	33
4.2.1 RESULTADOS OPERACIONAIS.....	33
4.2.2 RESULTADOS LÍQUIDOS.....	35

4.3. ANÁLISE FINANCEIRA AO BALANÇO.....	37
4.3.1 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS ATIVOS.....	37
4.3.1.1 ATIVO IMOBILIZADO.....	38
4.3.2 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS PASSIVOS.....	39
4.3.2.1 DÍVIDAS A TERCEIROS	40
4.3.3 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS.....	41
4.4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	42
CAPÍTULO V – TERMO DE ENCERRAMENTO	43
CAPÍTULO VI – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	44

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Demonstração dos Fluxos de Caixa 2015.....	16
Quadro 2: Receitas Totais.....	17
Quadro 3: Despesas Totais.....	20
Quadro 4: Despesas Correntes.....	21
Quadro 5: Despesas de Capital.....	23
Quadro 6: Grandes Opções do Plano.....	24
Quadro 7: Cumprimento do Limite Legal 2015.....	28
Quadro 8: Pagamentos em Atraso com e sem Acordos.....	30
Quadro 9: Redução do <i>Stock</i> dos Pagamentos em Atraso c/Acordos.....	31
Quadro 10: Regras Orçamentais de Equilíbrio.....	31
Quadro 11: Resultados Operacionais.....	33
Quadro 12: Síntese da Demonstração dos Resultados.....	36
Quadro 13: Evolução do Ativo Líquido no Quadriênio.....	37
Quadro 14: Imobilizado.....	38
Quadro 15: Passivo Municipal.....	39
Quadro 16: Dívidas a Terceiros.....	40
Quadro 17: Fundos Próprios.....	41
Quadro 18: Proposta de Aplicação de Resultados.....	42

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Saldo Orçamental da Administração Local	14
Gráfico 2: Evolução das Receitas Totais.....	18
Gráfico 3: Evolução das Despesas Totais.....	20
Gráfico 4: Evolução das Despesas Correntes.....	22
Gráfico 5: Evolução das Despesas de Capital.....	24
Gráfico 6: Evolução das Despesas por Funções	26
Gráfico 7: Evolução do Cumprimento do Endividamento Legal.....	28
Gráfico 8: Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (T1 a T4/2015).....	29
Gráfico 9: Pagamentos em Atraso com Acordos (+ de 90 dias).....	30
Gráfico 10: Estrutura dos Proveitos Operacionais.....	33
Gráfico 11: Estrutura dos Custos Operacionais.....	34
Gráfico 12: Evolução dos Resultados Líquidos	36
Gráfico 13: Evolução do Ativo Líquido.....	37
Gráfico 14: Evolução do Imobilizado.....	38
Gráfico 15: Evolução do Passivo	39
Gráfico 16: Evolução da Dívida a Terceiros	41
Gráfico 17: Evolução dos Fundos Próprios	41

INTRODUÇÃO

“Atualmente são inúmeros os controlos a que as autarquias locais estão sujeitas. Tal facto obriga os respetivos órgãos e seus titulares a agirem de acordo com a lei e sempre com o objetivo de atingirem a máxima economia, eficiência e eficácia, uma vez que se trata da aplicação de dinheiros públicos, fruto tantas vezes apetecido, mas proibido.”

(Nicolau, et al., 2003)

O Município de Armamar, nos últimos anos, foi “obrigado” a reforçar o processo de consolidação das suas finanças públicas. Este reforço surgiu de forma a atenuar as consequências nocivas da crise nacional, que só agora está a dar os primeiros sinais de recuperação.

Fê-lo num período em que surgiram profundas transformações no mundo e numa época complexa, marcada por profundas crises mundiais, tanto a nível político quanto económico e social, que impuseram redobrados desafios de competitividade e de eficiente rentabilização dos escassos recursos públicos.

A obrigação de prestar contas como dever incontornável dos que administram, a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos, e a sua ampla divulgação, assumem por isso acrescida importância e especial enfoque no âmbito desta nova dinâmica organizacional no seio da administração pública.

Na prossecução deste fim, o regime contabilístico legalmente aplicável à atividade autárquica determina a elaboração dos documentos de prestação de contas, dos quais deve fazer parte integrante o relatório O regime de contabilidade autárquica legalmente estabelecido pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 162/99 de 14 de setembro, pelos Decreto-Lei n.ºs 315/2000 de 2 de dezembro, 84-A/2002, de 5 de Abril, e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, determina a elaboração dos documentos de prestação de contas, dos quais deve fazer parte integrante o relatório de gestão.

Assim, o presente relatório de gestão, expressa de forma apropriada, a situação orçamental, financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2015.

Considerando que o presente relatório de gestão integra, simultaneamente, o *reporting* e análise económico-financeira, orçamental e dívida municipal, a necessária e profícua sistematização dos diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico, dita que o relato se divida em seis distintos e principais capítulos.

O primeiro capítulo retrata particularmente o enquadramento económico do país, realça a legislação de maior relevância e impacto na Administração Local.

O segundo capítulo é dedicado ao *reporting* orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguida de uma abordagem individual às componentes da Receita e da Despesa Municipal.

No terceiro capítulo é efetuada o *reporting* ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública.

O quarto capítulo é dedicado ao *reporting* e análise económico-financeira, com considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, assim como proposta da aplicação do Resultado Líquido do Exercício

O quinto capítulo é dedicado ao termo de encerramento do relatório e contas do exercício de 2015.

O sexto e último capítulo agrega aos mapas que compõem as Demonstrações Financeiras.

É elaborado nos termos do disposto no ponto 13 das Considerações Técnicas do POCAL, e contém uma exposição fiel e clara da evolução da atividade, do desempenho e da posição financeira e orçamental do Município, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução da atividade, dos resultados e da sua posição financeira e orçamental, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o Município se defronta.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

I.1 A NÍVEL EXTERNO E INTERNO

Nos últimos anos, a economia portuguesa esteve sujeita a um forte ajustamento, que lhe permitiu alcançar progressos assinaláveis na correção dos desequilíbrios macroeconómicos verificados nas últimas décadas. Contudo, o processo de reequilíbrio estrutural da economia portuguesa ainda se encontra incompleto pelo que o ajustamento macroeconómico ainda exige algum aprofundamento.

Por outro lado, os riscos, de natureza interna e externa, que impendem sobre a economia portuguesa não podem ser ignorados. Assim, torna-se essencial o cumprimento dos compromissos estabelecidos com os parceiros europeus relativamente ao processo de consolidação orçamental, como forma de sustentar uma trajetória descendente da dívida pública portuguesa.

Também deve ser implementado um processo de reformas estruturais para criação de incentivos à inovação, à mobilidade de fatores e ao investimento em capital físico e humano.

É também fundamental a criação de um consenso alargado em torno deste processo de reformas. Só dessa forma poderá ser aumentada a sua credibilidade, a sua previsibilidade e a capacidade de implementação de políticas que a sustentem.

Internacionalmente prevê-se uma recuperação lenta da atividade económica, quer da área euro, quer das economias emergentes, bem como uma evolução mais moderada dos fluxos de comércio internacional. Esta lenta recuperação, a concretizar-se, resultaria num menor crescimento da procura externa dirigida à economia portuguesa ao longo do ano de 2016.

Esta lenta evolução da atividade económica global, não pode ser dissociada do risco da evolução descendente do preço do petróleo para os países exportadores em benefício dos países importadores. O arrefecimento da economia da China, que reorientou a sua economia para o mercado interno, pode provocar ainda uma maior recessão nas economias exportadoras (principalmente petróleo e matérias-primas), como reflexo da sua menor procura. Também a Rússia e o Brasil estão a condicionar negativamente a economia global. A Rússia, que devido ao preço do petróleo enfrenta grandes problemas económicos, e o Brasil,

com a sua inflação galopante, os seus problemas estruturais e políticos, juntamente com a descida do preço do petróleo, são duas economias emergentes que estão a condicionar o desenvolvimento económico global.

I.2 A NÍVEL INTERNACIONAL E EUROPEU

Para o ano de 2016 prevê-se que o crescimento mundial permaneça gradual e desigual. Os preços baixos do petróleo, a continuação das condições de financiamento acomodáticas a nível mundial, a melhoria das condições do mercado de trabalho, o aumento da confiança deverão apoiar a retoma do crescimento das economias avançadas. Em contraste, as perspetivas deterioram-se consideravelmente nas economias dos mercados emergentes, em virtude da materialização de alguns riscos. Entre estes riscos que funcionam como travão do crescimento destes mercados, temos os baixos preços das matérias-primas (exemplo do petróleo), as incertezas políticas e as condições de financiamento externo mais restritivas.

Quedas substanciais das importações em algumas das principais economias emergentes pelas razões já apontadas, atenuam as importações mundiais, reduzindo as exportações dos seus países fornecedores. Desta forma, estima-se que o comércio mundial não apresente uma forte recuperação.

Espera-se que o crescimento do PIB mundial (excluindo a área euro) registre uma aceleração que pode chegar a cerca de 4% em 2017 e que o comércio mundial tenha uma aceleração que chegue também aos 4% em 2017.

Algumas das principais fontes de incerteza que condicionam o desenvolvimento da economia mundial estão ligadas à China, aos Estados Unidos da América, à Rússia e ao Brasil. A China tem conhecido nos últimos anos um ligeiro abrandamento da sua economia como consequência, de ter reorientado a sua economia para um modelo mais baseado no comércio interno. Se a esse abrandamento, lhe juntar uma correção adicional dos desequilíbrios relacionados com a acumulação de dívida no país, poderia levar a um abrandamento económico ainda mais pronunciado. Logo, a capacidade e a disponibilidade dos bancos chineses para proporcionar crédito à economia poderia ficar gravemente comprometida, dada a rápida deterioração da qualidade dos seus ativos (confirmados com as sucessivas quedas verificadas na bolsa chinesa). Por via disso, os preços das ações na China poderão registar novas descidas,

com a reavaliação dos prémios de risco das ações por parte dos investidores nacionais. O abrandamento do crescimento levaria a um significativo aumento do desemprego. Contudo, parte-se do pressuposto de que as autoridades chinesas interviriam fortemente, tal como já fizeram nos recente *crash* na bolsa chinesa, com medidas de estímulo monetário e orçamental e possivelmente uma nova depreciação do “*renminbi*” para assim evitar descidas mais significativas no crescimento da sua economia. Um abrandamento mais acentuado na China poderia implicar riscos significativos para as perspetivas especialmente dos exportadores de matérias-primas.

Relativamente aos Estados Unidos da América a expectativa situa-se no movimento das taxas de juro de curto prazo. As expectativas apontam para uma subida das taxas de juro de curto prazo, as quais deverão atingir 1,6% no final de 2017. Estes aumentos poderão ter efeitos similares nas taxas de juro de longo prazo o que poderá provocar um contágio em outras importantes economias avançadas. É provável que as economias dos mercados emergentes sejam afetadas por estes choques. A Rússia está a atravessar uma profunda recessão e espera-se que as menores receitas provenientes do petróleo conduzam a quedas acentuadas na despesa pública. No Brasil, as perspetivas sofreram uma deterioração considerável no contexto da subida da inflação. Na Rússia e no Brasil, podemos também associar fatores políticos e estruturais que condicionam o desenvolvimento económico.

1.3 A NÍVEL NACIONAL

As projeções existentes para a economia portuguesa em 2016 e 2017, refletem a continuação do processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos, num quadro de crescimento moderado da atividade e do nível de preços, e também pela manutenção da capacidade de redução do endividamento externo.

A economia portuguesa apresentou durante o ano de 2015 uma trajetória de recuperação moderada, consistente com o reinício do processo de convergência real face à média da área euro. Como principal característica dessa recuperação, temos o dinamismo da procura externa, uma menor fragmentação financeira na área do euro, uma melhoria nas condições monetárias e financeiras, para o qual contribuiu o conjunto alargado de medidas de política monetária adotadas pelo BCE.

A evolução da economia portuguesa em 2015 manteve uma trajetória de equilíbrios macroeconómicos fundamentais, destacando-se neste contexto o processo de desalavancagem de vários setores da economia (particulares, empresas e setor financeiro), bem como a manutenção de um excedente na balança corrente e de capital, assente num excedente da balança de bens e serviços. Importante também é a evidência assumida pelo Governo Português sobre o processo de consolidação orçamental que visa assegurar o encerramento do procedimento dos défices excessivos em 2015.

Existem outros fatores condicionantes do crescimento potencial da economia portuguesa. Em primeiro lugar, não podemos deixar de referir a diminuição da população total e da população ativa (em cerca de 2,0% e 5,5% entre o início de 2010 e meados de 2015). Esta redução está associada à dinâmica recente dos fluxos migratórios e ao processo de envelhecimento da população. Em segundo lugar, queremos chamar a atenção para a queda profunda e prolongada do investimento empresarial no período da crise que condicionou a evolução do *stock* capital, o que constitui uma restrição ao dinamismo da atividade económica. Apesar do forte investimento verificado atualmente, o investimento empresarial ainda se situa cerca de 30% do verificado antes da crise financeira global. Como terceira e última condicionante, referimos o elevado nível de desemprego de longa duração, não obstante a diminuição verificada ao longo do ano de 2015. Este nível de desemprego tende a provocar uma depreciação do valor do capital humano.

No que se refere aos desafios futuros, podemos referir que o processo de ajustamento estrutural e de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas exige ainda aprofundamentos. Para finalizar, é crucial manter um quadro institucional previsível e promotor da estabilidade macroeconómica. Assim, é importante o compromisso já assumido pelo novo governo português no âmbito do cumprimento das regras orçamentais europeias. O cumprimento destes compromissos permitirá assegurar uma diminuição sustentada do atual nível de dívida pública em percentagem do PIB, que constitui uma vulnerabilidade da economia portuguesa.

As despesas de consumo privado deverão continuar a ser o principal fator impulsionador da recuperação. Assim, as perspetivas de curto prazo quanto ao crescimento do rendimento disponível, permanecem favoráveis fortemente apoiadas pelo impacto nas descidas do preço dos produtos energéticos. Subsequentemente, espera-se que os rendimentos salariais

umentem, num contexto de crescimento estável do emprego, de desagravamento fiscal sobre as famílias e reposição dos cortes salariais, de uma aceleração da remuneração nominal por trabalhador esperando-se também um aumento de outros rendimentos pessoais em virtude da recuperação da economia em geral. A inflação deverá apresentar níveis reduzidos como consequência das pressões descendentes sobre os preços ao nível interno e externo, nomeadamente com os preços de importação (especialmente energéticos), pelo que não se preveem alterações significativas durante o ano de 2016.

1.5 A NÍVEL LOCAL

Na Administração Local, no decorrer do ano de 2015, foram efetuadas algumas alterações a regimes jurídicos aprovados em 2015 e 2013, designadamente, ao Regime jurídico das autarquias locais, ao Regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e ao Regime jurídico de recuperação financeira.

Relativamente à evolução dos pagamentos em atraso, em 2015, manteve-se a tendência decrescente dos últimos anos, sendo esta muito positiva. Houve um decréscimo muito significativo (cerca de 40%) face ao valor registado a 31 de dezembro de 2014.

Os pagamentos em atraso, no final de 2015, ascenderam a 243 milhões de euros, menos 40% quando comparado com o valor registado no final de 2014, que corresponde numa redução de cerca de 1.228 milhões de euros face aos valores apurados em 2014. Esta diminuição está relacionada com o esforço financeiro que os municípios tiveram que realizar, associado ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado em 2012.

O Município de Armamar não foi exceção, uma vez que os dados constantes do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2014 “falam por si”, o Município de Armamar ocupa o 17.º lugar do *ranking* dos 35 municípios que melhoraram o prazo médio de pagamentos, passando de 263 dias em 2013, para 50 dias em 2014, uma variação de 213 dias.

Ainda durante o ano de 2015, foram apresentados quinze Planos de Ajustamento Municipal (PAM), cujo financiamento ascende a 374,4 milhões de euros, sendo que nove foram aprovados pela Direção Executiva do Fundo de Apoio Municipal (FAM), o qual foi criado em 2013 e regulamentado em 2014. O financiamento solicitado ascende a 144,4 milhões de euros

e o financiamento aprovado a 131,2 milhões de euros. Foram ainda, durante o ano de 2015, formalizados os contratos de empréstimos com cinco municípios (91,3 milhões de euros).

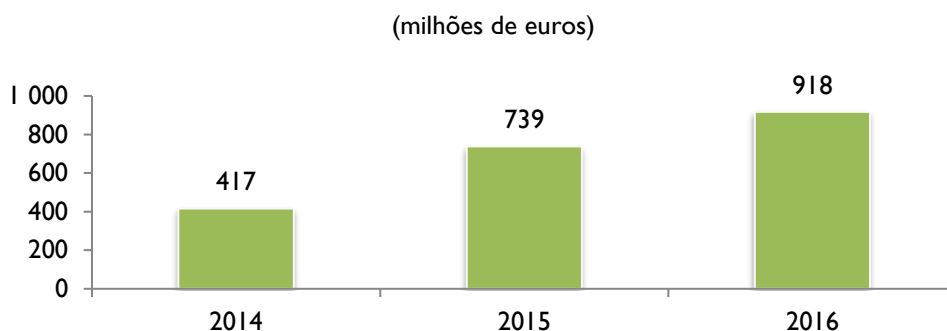
A continuidade da reforma da administração local, regional e central, levada a cabo pelo Governo, deu origem à publicação no Diário da República Eletrónico (DRE), do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (doravante SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que veio revogar todos os planos de contabilidade setoriais, onde se encontra incluído o POCAL, aplicando-se às Administrações Públicas a partir do dia 01 de janeiro de 2017, ou seja, a conceção do orçamento municipal para 2017, terá que ser nos termos e de acordo com este SNC-AP.

Ainda neste contexto, foi publicado no DRE, a nova Lei de Enquadramento Orçamental (doravante LEO), aprovado pelo Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, que veio revogar a anterior LEO, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, e ulteriores alterações. De referir, que os artigos 3.º e 20.º a 76.º da nova LEO, entram em vigor no dia 12 de setembro de 2018. Dadas as referidas publicações, estamos perante um paradigma diferente do atual, mais exigente, transparente e analítico, permitindo o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos.

Relativamente aos riscos orçamentais na Administração Local, assinalam-se particularmente os decorrentes da morosidade da concessão de apoio pelo FAM, cuja regulamentação será objeto de avaliação, de forma a obter ganhos de eficiência, e de uma eventual reclassificação da PPP municipais e empresas municipais no subsector da contabilidade nacional.

Quanto às projeções existentes para a Administração Local (AL), em 2016, prevê-se um saldo excedente no valor de 918 milhões de euros, quando comparado com os 739 milhões de euros, registados no final de 2015 e com os 417 milhões de euros, em 2014.

Gráfico 1: Saldo Orçamental da Administração Local



Fonte: Relatório do Orçamento de Estado 2016

Este saldo, superior, em 179 milhões de euros, ao registado em 2015, deve-se a um aumento da receita no valor de 242 milhões de euros face aos 63 milhões de euros da despesa.

A melhoria do saldo orçamental, em 2015, deveu-se essencialmente ao crescimento da receita (4,6%) superior ao da despesa (0,2%), destacando-se o aumento da receita fiscal, designadamente do IMT (19,5%) e do IMI (5,5%).

A evolução dos principais impostos da Administração Local traduz as expectativas da retoma dos investimentos imobiliários para 2016 e a revogação prevista do benefício fiscal, em sede de IMI e IMT, concedido aos fundos de Investimento imobiliário, fundos de pensões e fundos de poupança-reforma.

As transferências do Orçamento de Estado para a Administração Local, nos termos do disposto do Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, registam um contributo positivo para o aumento da receita no valor de 26 milhões de euros.

Por outro lado, o aumento previsto da despesa, traduz, designadamente, no crescimento do investimento em 3,7%, indo de encontro ao esperado em termos de transferências da EU, no âmbito do Acordo de Parceria, adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, “Portugal 2020”.

CAPÍTULO II – REPORTING ORÇAMENTAL

No presente capítulo, são abordados diversos aspetos relacionados com contabilidade orçamental, cuja natureza é a ótica de caixa, que permite o registo de recebimentos e pagamentos com base num orçamento previsional (dotação inicial ou corrigida). É efetuada a análise dos fluxos de caixa e posteriormente, uma análise das receitas e despesas.

Será de notar, que os recebimentos e pagamentos, apresentados no presente capítulo, podem não coincidir com os relativos aos proveitos e custos, especializados por exercício económico, que resultam da contabilidade patrimonial. A explicação é dada pela abordagem que é feita a cada uma destas óticas contabilísticas, sendo explicada pela amortização de dívida de anos anteriores com impacto nos pagamentos.

A presente análise é efetuada tendo em conta o ano económico 2015, comparando-o com o anterior período homólogo, mas espelha igualmente o comportamento do quadriénio.

O orçamento inicial aprovado no ano de 2015 foi no valor de 10.027.827,00 EUR, o qual sofreu 65 alterações e duas revisões orçamentais, apresentando um valor final de 10.410.283,95 EUR, incluindo 202.456,95 EUR de saldo de gerência.

A execução orçamental no ano de 2015 foi, do lado das receitas, o valor de 8.980.151,62 EUR e 8.897.503,56 EUR do lado das despesas, correspondendo a uma taxa de execução global de 86,3% do lado das receitas e a 85,47% das despesas.

2.1. FLUXOS DE CAIXA

Quadro I: Demonstração dos Fluxos de Caixa 2015

(Unidade: Euro)

RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
Saldo da gerência anterior	295 930,03	Despesas orçamentais	8 897 503,56
Execução orçamental	202 456,95	Correntes	5 994 872,83
Operações de tesouraria	93 473,08	Capital	2 902 630,73
Receitas orçamentais	8 777 694,67	Operações de tesouraria	792 391,90
Correntes	6 958 412,10		
Capital	1 800 028,76	Saldo para a gerência seguinte	317 856,28
Outras	19 253,81	Execução orçamental	82 648,06
Operações de tesouraria	931 127,04	Operações de tesouraria	235 208,22
TOTAL	10 004 751,74	TOTAL	10 007 751,74

A Demonstração dos Fluxos de Caixa faz, uma síntese entre a contabilidade orçamental, baseada na variação dos fluxos de caixa ocorridos no período, e a contabilidade patrimonial,

assente no princípio do acréscimo, refletindo os saldos iniciais e finais da conta de disponibilidades, sendo a ligação ao orçamento dada pelo saldo de execução orçamental.

Efetua uma discriminação dos recebimentos e pagamentos respeitantes à execução orçamental, segmentando-a em correntes e de capital, assim como os valores cobrados para entrega a terceiros (operações de tesouraria), cujo saldo é evidenciado nas respetivas contas do Balanço.

A sua independência face às políticas de amortizações e provisões facilita a análise do processo de execução das despesas e das receitas e dos saldos de gerência (anterior e seguinte), quanto à sua origem: execução orçamental ou operações de tesouraria.

Do saldo inicial de depósitos em instituições financeiras e caixa (saldo da gerência anterior), 295.930,03 EUR tiveram origem na execução orçamental de 2014.

Em 2015, os recebimentos ascenderam a 8.777.694,67 EUR e os pagamentos totalizaram o valor de 8.897.503,56 EUR, pelo que o saldo da execução orçamental para a gerência seguinte apresentou o valor de 82.648,06 EUR, o equivalente a 1,2% da receita orçamental corrente (Receita orçamental corrente = 6.958.412,10 EUR).

As receitas orçamentais correntes superaram em 17,07% as despesas correntes ao contrário das receitas de capital, cujo total foi insuficiente para cobrir as despesas de capital em (-) 37,99%.

Apurou-se um saldo de operações de tesouraria de 93.473,08 EUR, ao qual acresceu o saldo do ano no valor de 141.735,14 EUR, pelo que o montante a transitar para 2016 será o valor de 235.208,22 EUR.

O saldo de gerência a transitar para 2016 será de 317.856,28 EUR, resultando da execução orçamental (82.648,06 EUR) e das operações de tesouraria (235.208,22 EUR).

2.2. EXECUÇÃO GLOBAL DAS RECEITAS

Quadro 2: Receitas Totais

(Unidade: Euro)

DESCRIÇÃO	2012	2013	2014 (1)	2015				
				Previsão (2)	Liquidação (3)	Cobrança (4)	Tx. Exec. (4/2)	Tx. Cresc. (4-1)/1
Receitas Correntes	5 710 018,94	6 776 076,61	7 285 987,31	7 689 697,00	6 972 732,27	6 958 412,10	90,5%	-4,5%
Receitas de Capital	2 670 369,63	2 389 743,67	3 004 816,31	2 515 630,00	1 800 028,76	1 800 028,76	71,6%	-40,1%
Total	8 380 388,57	9 165 820,28	10 290 803,62	10 205 327,00	8 772 761,03	8 758 440,86	85,8%	-14,9%
Outras Receitas	158 026,68	32 218,54	124 362,77	204 956,95	221 827,24	221 710,76	108,2%	78,3%
Rep. N/Abatidas Pag.	42 515,78	20 373,31	23 191,88	2 500,00	19 370,29	19 253,81	770,2%	-17,0%
Saldo de Gerência do ano Anterior	115 510,90	11 845,23	101 170,89	202 456,95	202 456,95	202 456,95	100,0%	100,1%
Total Geral	8 538 415,25	9 198 038,82	10 415 166,39	10 410 283,95	8 994 588,27	8 980 151,62	86,3%	-13,8%
Total s/ SG	8 422 904,35	9 186 193,59	10 313 995,50	10 207 827,00	8 792 131,32	8 777 694,67	86,0%	-14,9%

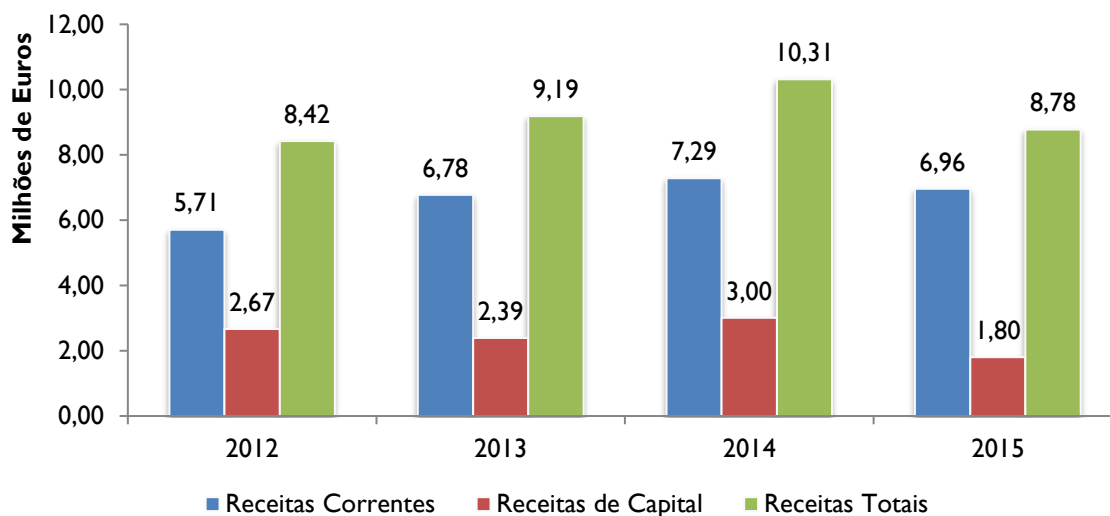
Nota: Para efeitos de análise, considerou-se as receitas totais, divididas em receitas correntes e de capital, com um subtotal, e outras receitas, onde agrupam as reposições não abatidas aos pagamentos e o saldo de gerência, receitas que respeitam à execução do saldo transitado e as receitas executadas por conta de pagamentos feitos a mais em anos anteriores. Evidenciamos o total de receitas executadas por conta de pagamentos a mais em anos anteriores. Explicamos o total das receitas sem o saldo transitado do exercício anterior para melhor comparação dos valores de cobrança do ano em análise.

A execução total das receitas atingiu no período em análise, o valor de 8.980.151,62 EUR, incorporando 221.710,76 EUR do saldo de gerência do ano anterior e reposições não abatidas aos pagamentos com uma taxa de execução global de 86,3% e um decréscimo de (-) 13,8% face a 2014. Este decréscimo resulta da diminuição de transferências de receitas correntes e de capital, provenientes de fundos comunitários.

Como referido no início do presente capítulo, a execução das receitas traduz-se em fluxos monetários de entrada/recebimentos relativos aos proveitos gerados no período em análise, ou seja receitas liquidadas e cobradas no ano e/ou de proveitos gerados em anos anteriores e não cobrados no respetivo exercício, pelo que os valores de execução das receitas diferem dos proveitos do exercício que alinham com o princípio da especialização dos exercícios. Note-se que no exercício em análise, as reposições não abatidas aos pagamentos tiveram um decréscimo de (-) 17% face a 2014.

O saldo de gerência do ano anterior foi incorporado no orçamento através de revisão orçamental, no valor de 202.456,95 EUR, com um acréscimo face a 2014, de 101.286,06 EUR.

Gráfico 2: Evolução das Receitas Totais



As receitas correntes e de capital, no quadriénio em análise, gozaram de um crescimento positivo, excetuando-se o ano de 2015, que sofreu uma pequena retração face ao exercício de 2014, rompendo com a tendência instalada. Note-se, que 2014, ano que foi atingido o pico máximo de cobrança de receitas, deveu-se essencialmente, aos valores arrecadados oriundos dos fundos comunitários.

As receitas totais, corrigidas do saldo de gerência, tiveram um pico em 2014, por relação direta com o segmento de capital, fundamentado como já foi referido, pelos valores provenientes dos fundos comunitários. Como podemos constatar no gráfico anterior, em 2015 as receitas totais tiveram um decréscimo face a 2014, cerca de 1,5 milhões de euros, ou seja, (-) 14,9%.

2.3. EXECUÇÃO GLOBAL DAS DESPESAS

Procurando garantir a sustentabilidade económico-financeira do Município, para assegurar as bases para que 2016 possa ser o início de um ciclo de retoma, designadamente do investimento, com reflexo no concelho de Armamar, o Executivo prosseguiu uma política de consolidação, radicada, desde logo, numa contenção dos custos do exercício, com reflexo nas despesas correntes do ano, a par da regularização de dívidas de anos anteriores.

A execução orçamental do presente exercício traduz, de forma acumulada os fluxos monetários associados aos custos incorridos no ano e aos investimentos executados, objeto

de pagamento, e à aplicação de recursos ao pagamento de faturação/despesa de anos anteriores.

Importa referir, que os dados relativos a despesas resultantes da contabilidade orçamental apresentados no presente capítulo, podem não coincidir com os dados relativos a custos indicados na análise dos aspetos patrimoniais. As diferenças são explicadas pela disparidade de conceitos e pela amortização de dívida de anos anteriores com impacto nos pagamentos.

Atualmente o Município, é responsável pela produção de variadíssimos serviços públicos, com uma grande importância para as populações, que vão desde a educação, desporto, cultura, ação social, ordenamento do território, desenvolvimento regional, procurando que estes mesmos serviços, orientados para os cidadãos, sejam prestados com qualidade, transparência, eficiência e eficácia.

Atendendo a estes objetivos, nos últimos anos, o Município têm-se deparado com dificuldades financeiras, decorrentes da forte quebra das receitas próprias, obrigando a um ajustamento que passou pela redução estrutural da despesa pública municipal, através de um controlo rigoroso dos gastos, quer ao nível das aquisições de bens e serviços, transferências e subsídios atribuídos.

Quadro 3: Despesas Totais

(Unidade: Euro)

DESCRIÇÃO	2012	2013	2014 (1)	2015					Tx. Exec. (5/2)	Tx. Varia. (4-1)/1
				Dotações (2)	Cabimentos (3)	Compromissos (4)	Execução (5)			
Despesas Correntes	7 155 751,90	7 700 812,68	7 362 443,90	6 902 279,95	6 829 690,73	6 820 371,06	5 994 872,83	86,9%	-7,4%	
Despesas de Capital	4 097 442,30	4 237 936,54	5 678 800,04	3 508 004,00	3 495 936,17	3 388 214,22	2 902 630,73	82,7%	-40,3%	
Total	11 253 194,20	11 938 749,22	13 041 243,94	10 410 283,95	10 325 626,90	10 208 585,28	8 897 503,56	85,5%	-21,7%	

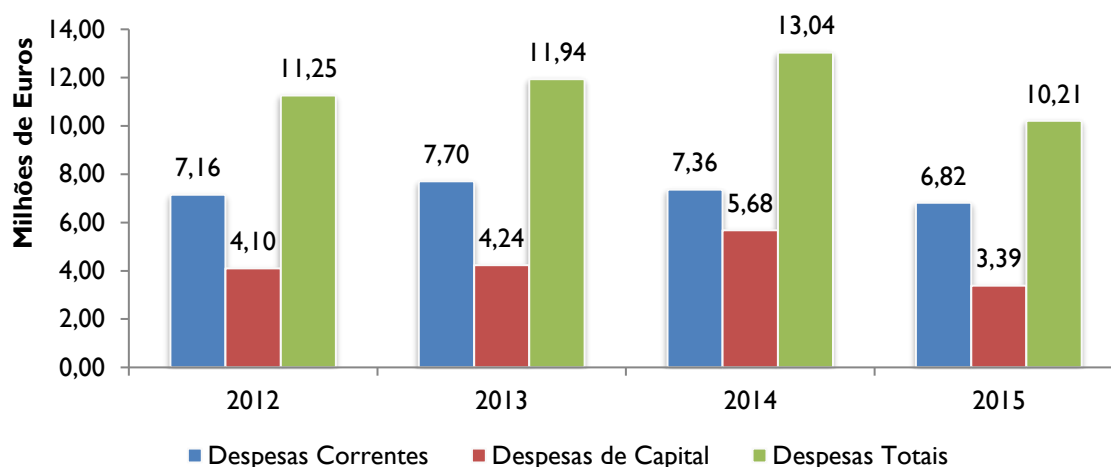
¹Execução: Despesas efetivamente pagas.

²Tx. Varia: Taxa de variação dos compromissos assumidos entre os exercícios 2015 e 2014.

A execução total das despesas atingiu no período em análise, o valor de 8.897.503,56 EUR, com uma taxa de execução global de 85,5%, ficando a 14,5% da taxa de execução máxima.

Os compromissos assumidos em 2015 atingiram 10.208.585,28 EUR, um decréscimo de (-) 21,7% face a 2014 (-2.832.658,66 EUR). Este decréscimo resulta, particularmente de uma redução significativa das despesas de capital (de investimento), assim como de uma ligeira diminuição das despesas correntes (de estrutura).

Gráfico 3: Evolução das Despesas Totais



Também, importa referir, que no exercício em análise, foram assumidos compromissos no valor de 1,3 milhões de euros (12,8%), que não foram pagos e transitaram em dívida para o exercício de 2016. Esta situação deveu-se fundamentalmente à “ginástica” financeira que o Município teve que fazer, para liquidar dívida de anos anteriores, ficando sem capacidade de tesouraria, para liquidar novos compromissos assumidos.

2.3.1 DESPESAS CORRENTES

As despesas correntes/funcionamento são representativas do dispêndio necessário ao normal funcionamento da atividade do Município, sendo sem dúvida um importante índice da diligência da atividade autárquica, na medida em que representam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pela entidade, agrupando as despesas com “Pessoal”, as despesas com a “Aquisição de Bens e Serviços” e as “Outras Despesas Correntes”, cuja distribuição do quadriénio está vertida no Quadro 4.

No ano de 2015 as despesas correntes/funcionamento sofreram uma redução significativa quando comparados com o mesmo período homólogo (2014), com a exceção das despesas com o pessoal que tiveram um acréscimo de 6,7% face a 2014. Este acréscimo deve-se essencialmente, à internalização dos trabalhadores da Armamar Investe, Mais, E.E.M. no mapa de pessoal do Município e ao aumento da comparticipação de despesas de saúde a transferir para o Sistema Nacional de Saúde (SNS).

Quadro 4: Despesas Correntes

(Unidade: Euro)

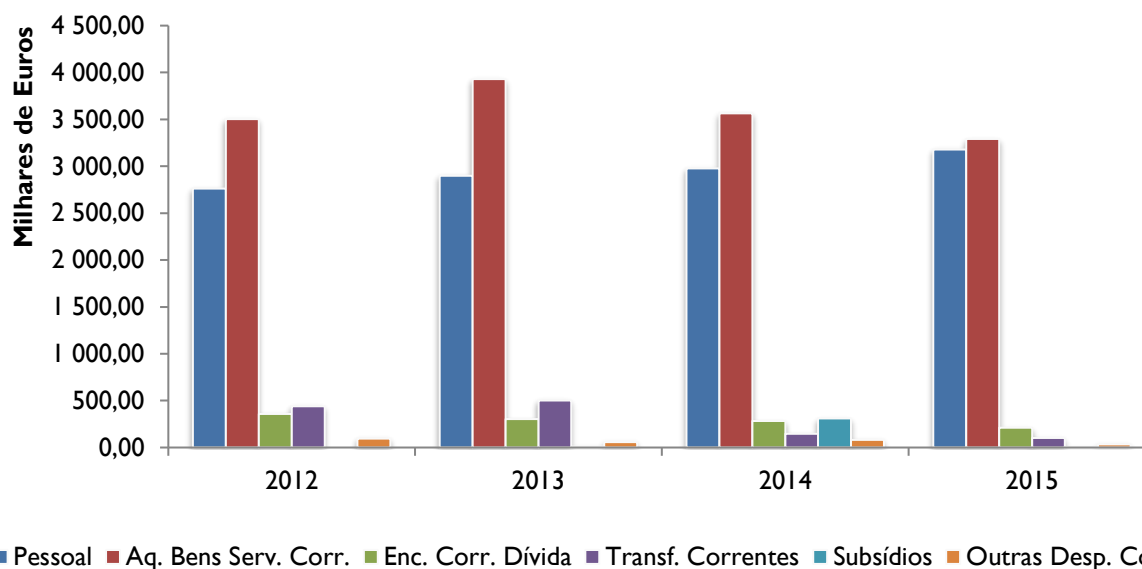
DESCRIÇÃO	2012	2013	2014 (1)	2015					
				Dotações (2)	Cabimentos (3)	Compromissos (4)	Execução (5)	Tx. Exec. (5/2)	Tx. Varia. (4-1)/1
Pessoal	2 760 876,77	2 899 640,14	2 976 287,74	3 205 815,00	3 181 209,76	3 176 835,29	3 152 687,46	98,3%	6,7%
Aq. Bens Serv. Corr.	3 502 079,57	3 930 187,27	3 565 656,71	3 330 342,85	3 295 012,13	3 290 232,29	2 517 484,29	75,6%	-7,7%
Enc. Corr. Dívida	357 595,98	301 964,84	281 989,69	217 105,00	212 908,15	212 842,79	206 185,39	95,0%	-24,5%
Transf. Correntes	439 904,31	500 990,05	145 953,45	100 947,10	100 724,00	100 624,00	82 624,00	81,8%	-31,1%
Subsídios	0,00	9 176,03	311 186,50	14 660,00	7 904,05	7 904,05	7 904,05	53,9%	-97,5%
Outras Desp. Corr.	95 295,27	58 854,35	81 369,81	33 410,00	31 932,64	31 932,64	27 987,64	83,8%	-60,8%
Total	7 155 751,90	7 700 812,68	7 362 443,90	6 902 279,95	6 829 690,73	6 820 371,06	5 994 872,83	86,9%	-7,4%

¹Execução: Despesas efetivamente pagas.²Tx. Varia: Taxa de variação dos compromissos assumidos entre os exercícios 2015 e 2014.

Os encargos correntes com dívida (juros) reduziram substancialmente ao longo do quadriénio, tendo no exercício em análise, diminuído em (-) 24,5%, face a 2014.

Em suma, a despesa corrente é predominante na estrutura da despesa, dada a relevância dos custos com pessoal, dos encargos com a dívida e de outras despesas de funcionamento do Município, como sejam a iluminação pública, a manutenção de espaços verdes, as refeições escolares, transportes escolares e os apoios da cultura ou das políticas sociais, aplicações que têm, à luz do classificador orçamental, uma natureza corrente. De seguida, é representado graficamente a evolução das despesas no quadriénio.

Gráfico 4: Evolução das Despesas Correntes



2.3.2 DESPESAS DE CAPITAL

A análise às despesas de capital engloba quatro itens, o investimento direto, que consiste na aquisição de bens de capital, as transferências de capital, que engloba o montantes atribuídos

a entidades pública e/privadas com vista a aquisição de bens de capital, os ativos financeiros, que abrangem a participação anual a transferir para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) e os passivos financeiros, que incluem a amortização dos empréstimos de curto prazo e médio e longo prazo.

De modo a compreender a sua composição, efetuar-se-á uma análise mais detalhada de cada uma das suas componentes demonstrando-se com uma serie de elementos quais as áreas onde incidiram as intervenções que contribuíram para o valor atingido em 2015, não descurando uma comparação com anos transatos.

Quadro 5: Despesas de Capital

(Unidade: Euro)

DESCRIÇÃO	2012	2013	2014 (1)	2015					Tx. Exec. (5/2)	Tx. Varia. (4-1)/1
				Dotações (2)	Cabimentos (3)	Compromissos (4)	Execução (5)			
Aq. Bens Invest.	2 991 761,96	2 586 336,25	4 551 444,67	1 894 748,00	1 887 646,76	1 779 924,81	1 603 841,32	84,6%	-60,9%	
Transf. Capital	552 098,40	583 523,41	132 408,93	102 672,00	98 250,00	98 250,00	73 750,00	71,8%	-25,8%	
Ativos Financ.	0,00	0,00	0,00	52 482,00	52 482,00	52 482,00	52 482,00	100,0%	100,0%	
Passivos Financ.	553 581,94	1 068 076,88	994 946,44	1 458 102,00	1 457 557,41	1 457 557,41	1 172 557,41	80,4%	46,5%	
Total	4 097 442,30	4 237 936,54	5 678 800,04	3 508 004,00	3 495 936,17	3 388 214,22	2 902 630,73	82,7%	-40,3%	

Os passivos financeiros foram o agregado prevalecte no cômputo das despesas de capital representando 46,5% do total, o que significa que o Município em 2015 amortizou mais dívida, face a 2014. Este comportamento contribuiu para o regular pagamento da dívida bancária.

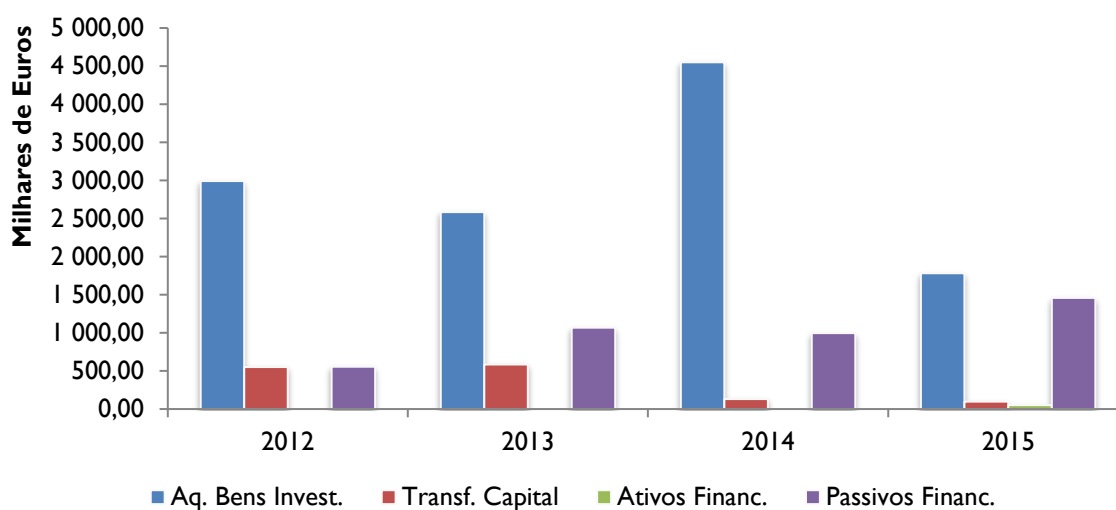
A aquisição de bens de investimento em 2015 comportou (-) 2,77 milhões de euros, face a 2014, refletindo um decréscimo de (-) 60,9%, essencialmente influenciado pela falta de recursos financeiros, para novos investimentos. Tal comportamento, deve-se fundamentalmente pelo encerramento do anterior quadro comunitário, e o atraso na abertura do novo quadro comunitário. Como se sabe, e tendo presente a atual conjuntura económica e financeira do país, o Município para investir no concelho (infraestruturas municipais, etc...), socorre-se maioritariamente dos fundos comunitários, que só no exercício de 2016 começam a dar algum “fruto”. A falta de receitas próprias e o aumento das competências que os municípios veem acrescidos, torna praticamente impossível investir, sem o recurso a estes fundos.

Importa destacar ainda, que a partir de 2015, o Município vê-se obrigado a constituir um ativo financeiro por força da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto (Regime Jurídico da Recuperação

Financeira Municipal), a qual regulamenta o FAM. Este ativo financeiro é transferido anualmente até o ano 2021, no valor de 52.482,00 EUR.

Simultaneamente observa-se que a segunda maior componente do investimento, as transferências de capital, refletem oscilações de comportamento ao longo do quadriênio, apresentando no final de 2015 um decréscimo de (-) 25,8% face a 2014.

Gráfico 5: Evolução das Despesas de Capital



2.4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano integram a estrutura do planeamento económico e social do Município, e fundamentam a orientação estratégica da política de desenvolvimento económica e social, suportada em dois documentos distintos, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), e as Atividades Mais Relevantes (PAM), mas complementares.

Considerando o valor total (2,19 milhões de euros), dos compromissos assumidos das GOP's no exercício de 2015, conclui-se que a sua representatividade diminuiu, face a 2014 ao consumir 21,50% do total orçamento municipal.

Quadro 6: Grandes Opções do Plano

(Unidade: Euro)

DESCRIÇÃO	2012	2013	2014 (1)	2015					Tx. Exec. (5/2)	Tx. Varia. (4-1)/1
				Dotações (2)	Cabimentos (3)	Compromissos (4)	Execução (5)			
Funções Gerais	1 212 481,04	1 338 752,66	1 322 735,54	343 529,00	343 308,26	343 308,26	300 357,44	87,4%	-74,0%	
Administração Geral	1 162 481,04	1 288 752,66	1 257 735,54	278 529,00	278 308,26	278 308,26	250 357,44	89,9%	-77,9%	
Segurança e Ordem Públicas	50 000,00	50 000,00	65 000,00	65 000,00	65 000,00	65 000,00	50 000,00	76,9%	0,0%	
Funções Sociais	3 909 858,74	3 932 496,31	3 036 961,06	808 928,10	805 552,85	804 679,95	669 644,63	82,8%	-73,5%	
Educação	972 948,36	924 496,69	459 801,85	52 716,00	52 715,73	52 715,73	49 267,73	93,5%	-88,5%	
Saúde	0,00	0,00	0,00	12 000,00	12 000,00	12 000,00	5 000,00	41,7%	-	
Segurança e Acção Sociais	45 127,31	30 600,38	10 864,96	900,00	895,30	599,30	599,30	66,6%	-94,5%	
Habituação e Serviços Auxiliares - Ordenamento Território	1 061 916,79	824 326,98	701 589,37	347 878,00	345 773,22	345 773,22	307 158,98	88,3%	-50,7%	
Habituação e Serviços Auxiliares - Saneamento	293 925,14	351 676,14	298 290,80	4 000,00	3 556,39	3 556,39	3 556,39	88,9%	-98,8%	
Habituação e Serviços Auxiliares - Abastecimento de Água	447 254,58	685 990,71	556 119,75	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-100,0%	
Resíduos Sólidos	518 502,62	728 620,51	542 512,82	49 257,00	49 255,44	49 255,44	36 941,58	75,0%	-90,9%	
Protecção do Meio Ambiente e Conservação Natureza	27 699,89	7 137,06	78 182,48	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-100,0%	
Cultura	120 752,60	131 100,72	152 776,66	200 073,10	199 348,57	198 771,67	166 711,38	83,3%	30,1%	
Desporto, Recreio e Lazer	421 731,45	238 900,96	233 388,21	142 104,00	142 008,20	142 008,20	100 409,27	70,7%	-39,2%	
Outras Actividades Cívicas e Religiosas	0,00	9 646,16	3 434,16	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-100,0%	
Funções Económicas	1 673 184,06	1 276 766,00	2 625 042,29	605 692,00	601 899,90	494 108,57	434 850,27	71,8%	-81,2%	
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	7 591,05	9 901,02	13 669,02	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-100,0%	
Indústria e Energia	299 948,88	337 398,35	327 464,51	199 709,00	199 688,78	91 966,83	55 857,81	28,0%	-71,9%	
Transportes e Comunicações	1 365 644,13	929 466,63	2 197 617,06	286 935,00	283 540,78	283 471,40	264 012,12	92,0%	-87,1%	
Comércio e Turismo	0,00	0,00	86 291,70	114 048,00	114 027,09	114 027,09	110 337,09	96,7%	32,1%	
Outras Funções Económicas	0,00	0,00	0,00	5 000,00	4 643,25	4 643,25	4 643,25	92,9%	-	
Outras Funções	701 422,74	1 109 881,12	1 685 540,68	569 815,00	569 658,24	569 658,24	569 658,24	100,0%	-66,2%	
Operações de Dívida Autárquica	701 422,74	851 983,12	830 756,68	52 482,00	52 482,00	52 482,00	52 482,00	100,0%	-93,7%	
Transferências entre Administrações	0,00	0,00	0,00	16 153,00	16 000,00	16 000,00	16 000,00	99,1%	100,0%	
Diversas não especificadas	0,00	257 898,00	854 784,00	501 180,00	501 176,24	501 176,24	501 176,24	100,0%	-41,4%	
Total	7 496 946,58	7 657 896,09	8 670 279,57	2 327 964,10	2 320 419,25	2 211 755,02	1 974 510,58	84,8%	-74,5%	

¹Execução: Despesas efetivamente pagas.

²Tx. Varia: Taxa de variação dos compromissos assumidos entre os exercícios 2015 e 2014.

Com um total de compromissos de 2,19 milhões de euros as Grandes Opções do Plano registaram uma diminuição de (-) 74,7%, com as Funções Sociais a assumirem o seu predomínio ao abarcar 36,11% do montante global e refletirem uma redução considerável de (-) 2,24 milhões de euros, face a 2014, (-) 73,9%.

À semelhança do verificado em anos anteriores, esta função, apesar da significativa redução, mantém-se como a mais relevante totalizando em 2015 um valor de 792.679,95 EUR, destacando-se a grande influência exercida pelas subfunções Ordenamento do Território, Cultura e Desporto que representam 43,62%, 25,08% e 17,91% respetivamente.

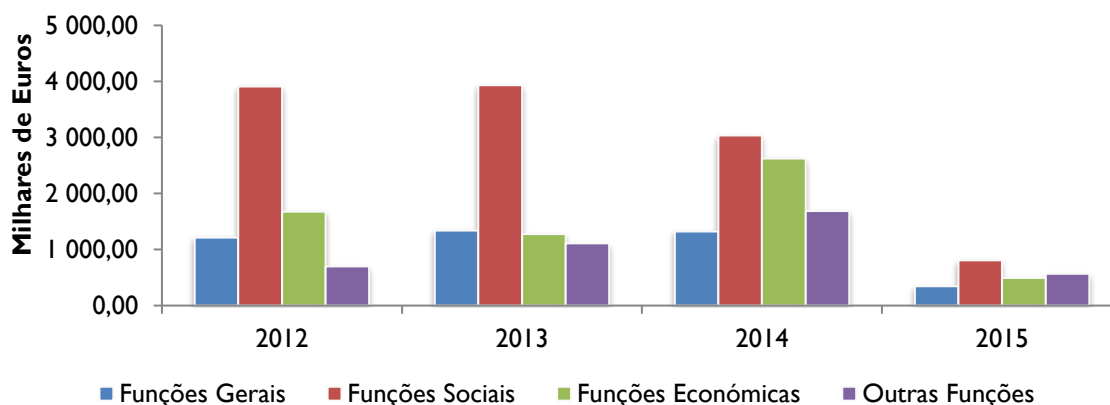
Nas restantes funções verificaram-se também, reduções generalizadas nos seus montantes, com particular incidência nas Funções Gerais com (-) 74,0%, as Funções Económicas com (-) 81,4%. As Outras Funções espelharam uma redução de 66,2%.

Apesar de no período de 2014 já se ter atingido, uma elevada taxa de execução em matéria de pagamentos, em 2015 obteve-se uma ligeira melhoria com uma taxa de execução de 85,0%.

Desta melhoria, conclui-se que o volume de faturação a transitar para 2016 (237.244,44 EUR) será inferior à transitada em 2015.

O Gráfico seguinte, espelha a execução por funções do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades Municipal.

Gráfico 6: Evolução das Despesas por Funções



CAPÍTULO III – REPORTING DA DÍVIDA MUNICIPAL

3.1. REQUISITOS LEGAIS DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO

No presente subcapítulo, apresenta-se um conjunto de indicadores relativos a equilíbrios ou metas legais preparado nos termos da legislação em vigor, designadamente:

- O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e ulteriores alterações;
- O Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL) e ulteriores alterações;
- A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro - Orçamento de Estado de 2015 e suas alterações;
- A Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) e o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho que a regulamenta, e suas alterações;
- O Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, publicado no Diário da República n.º 71, 2.ª Série, Parte C - Indicador relativo ao prazo médio de pagamentos a fornecedores.

3.2. ENDIVIDAMENTO LEGAL

O RFALEI veio alterar o quadro do endividamento legal dos municípios, modificando a aferição do limite legal de endividamento (receita aplicável) e da dívida a considerar, estabelecendo limites adicionais à variação da dívida em cada ano económico, demarcando o momento da aferição do cumprimento dos limites legais a 31/12 de cada ano.

Daqui resultou na prática, e atentas às especificidades de Armamar:

- Diminuição significativa do limite de endividamento, dado que o novo regime considera o passivo resultante de operações orçamentais, não o corrigindo com os ativos realizáveis como sucedia na anterior legislação (endividamento líquido);
- A não possibilidade de correção da dívida por via dos empréstimos legalmente excecionados (*stock* com forte expressão em Armamar);
- Em sentido mais favorável, aumentou-se o limite de endividamento, considerando toda a receita corrente majorada de 1,5 ao invés de determinadas componentes daquela majoradas a 1,25;
- Uma restrição adicional da margem disponível para a variação do passivo: no regime anterior a capacidade de endividamento resultava da diferença entre limite – receita aplicável – e dívida; no novo regime se aquela diferença for positiva (ou seja, o Município cumpre), no exercício económico seguinte a dívida total só pode variar até (+) 20% da diferença.

Com a entrada em vigor da nova Lei, a margem de endividamento disponível em Armamar passou de 1.378.557,00 EUR para (-) 446.031,50 EUR (31/12/2013 versus 01/01/2014), por efeito conjugado do aumento da receita aplicável e do *stock* da dívida elegível para este efeito, mas a 31/12/2014 Armamar estava acima do limite legalmente imposto, passando para uma margem positiva no valor de 147.217,50 EUR, posicionando-se abaixo do novo limite.

Não obstante a criação deste novo contexto legal fortemente restritivo em matéria de endividamento dos municípios, Armamar conformou-se ao quadro estabelecido pelo

Governo, tendo cumprido o limite imposto, melhorando a margem disponível conforme patenteado no quadro seguinte.

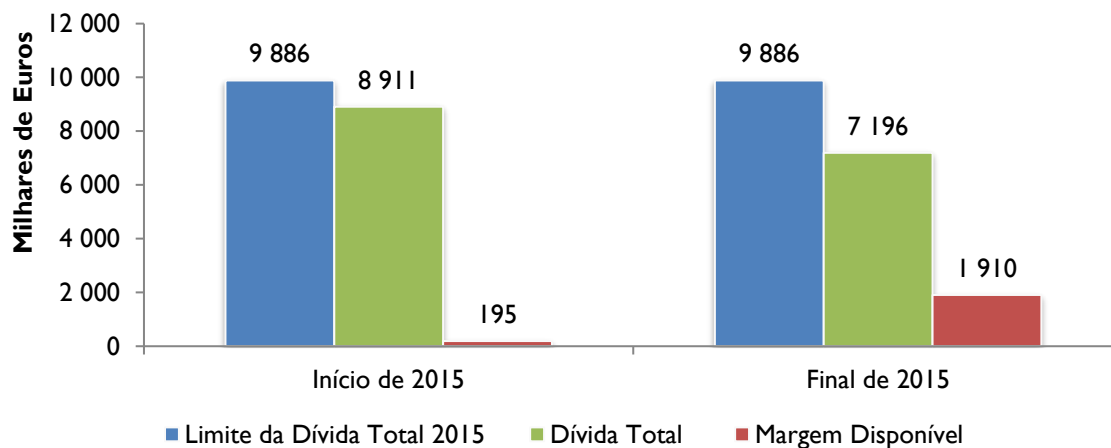
Quadro 7: Cumprimento do Limite Legal 2015

(Unidade: Milhares de Euros)

ENDIVIDAMENTO LEGAL	Início de 2015	Final de 2015
(1) Limite da Dívida Total 2015	9 886 041	9 886 041
(2) Dívida Total Orçamental	8 898 590	7 192 796
(3) Contribuição das Entidades Relevantes	12 223	2 761
(4) Limite da Receita - Dívida Total - Contribuição das Entidades (1) - (2) - (3)	975 228	2 690 484
(5) Margem disponível [20% de (4)]	195 046	538 097
(6) Variação do Passivo (31/12/2014 versus 31/12/2015)		-1 715 256
(7) Cumprimentos da Margem (Margem Disponível no Início + Redução do Passivo)		1 910 302

O valor de partida para 2015 (dado pelo stock da dívida a 31/12/2014 e pela média da receita corrente líquida cobrada em 2012, 2013 e 2014, majorada de 1,5) foi de 9,88 milhões de euros, o que colocava o Município de Armamar dentro do novo limite legal, podendo ao longo do exercício de 2015, aumentar o passivo total em cerca de 195.046,00 EUR.

Gráfico 7: Evolução do Cumprimento do Endividamento Legal



No fecho do exercício, momento da aferição final do cumprimento desta obrigação legal, o passivo total de partida retraiu em cerca de 1,72 milhões de euros, pelo que, apesar da forte retração ocorrida na margem de endividamento disponível, Armamar cumpriu os limites de endividamento e melhorou a margem disponível, passando de 195.046,00 EUR no início do período, para 1.910.302,00 EUR no final do período.

3.3. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 aprovou o programa de redução de prazos de pagamentos a fornecedores de bens e serviços pelo Estado, denominado Programa Pagar a Tempo e Horas, que incluiu medidas de monitorização e publicitação da evolução dos indicadores dos prazos médios de pagamento a fornecedores. Pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril, publicado no Diário da Republica n.º 71, 2.ª Série Parte C, foi adaptado o indicador de prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP) que passou a basear-se na seguinte fórmula, para efeitos de cálculo, reporte e monitorização pela Tutela:

$$PMP = \frac{\sum_{t=3}^t DF}{\sum_{t=3}^t A} \times 365$$

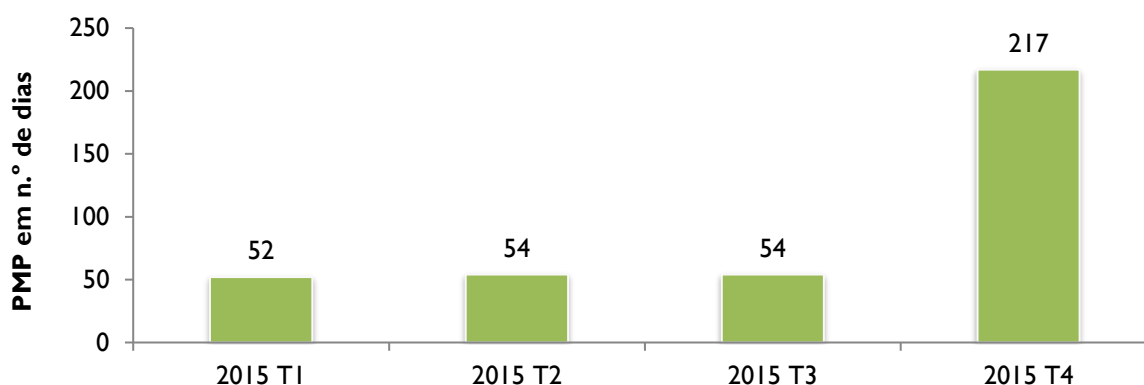
Em que:

t = Trimestre.

DF = Dívida de curto prazo a fornecedores observada no final de um trimestre.

A = Aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

Gráfico 8: Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (T1 a T4/2015)



Fonte: SIAL da DGAL.

Verifica-se que, no 1.º, 2.º e 3.º trimestres, o prazo médio dos pagamentos obtido através da fórmula legalmente instituída, ficou bastante aquém do limite a partir do qual a DGAL (90 dias) inclui na lista de municípios em incumprimento nesta matéria, cumprindo desta forma

com alguma margem a legislação aplicável. Já no 4.º trimestre, Armamar, passou a fazer parte daquela lista de municípios, pois não cumpriu o prazo médio de pagamentos (217 dias).

3.4. PAGAMENTOS EM ATRASO

A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, que iniciou vigência em 2012, veio regular esta matéria de modo direto ao implementar rotinas de monitorização e também mecanismos de penalização para as entidades com pagamentos em atraso e/ou com agravamento desse stock na vigência da Lei.

De seguida, iremos analisar, a evolução quer positiva ou negativa dos pagamentos em atraso no quadriénio em estudo.

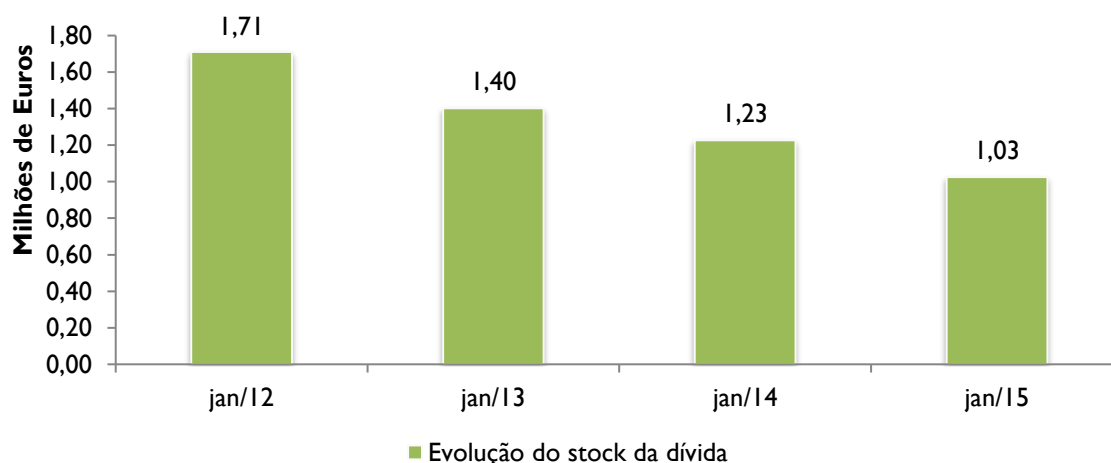
Quadro 8: Pagamentos em Atraso com e sem Acordos

(Unidade: Euro)

DATA	[90 a 120 dias]	[120 a 240 dias]	[240 a 360 dias]	[>360 dias]	Total	Acordos	Total c/Acordos
31/12/2012	92 340,63	427 035,77	132 832,05	830 764,31	1 482 972,76	227 570,88	1 482 972,76
31/12/2013	92 533,75	258 668,88	107 351,98	176 955,94	635 510,55	765 872,11	1 401 382,66
31/12/2014	135 060,92	174 979,76	80 617,87	123 012,07	513 670,62	713 762,06	1 227 432,68
31/12/2015	47 436,69	29 940,00	1 500,00	100,00	78 976,69	946 097,44	1 025 074,13

Fonte: SIAL da DGAL.

Gráfico 9: Pagamentos em Atraso com Acordos (+ de 90 dias)



Fonte: SIAL da DGAL.

Armamar registou uma franca melhoria na situação dos pagamentos em atraso, conforme reportes feitos junto da tutela, com uma redução no triénio retratado na ordem dos 457.898,63 EUR.

Adicionalmente a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro - Orçamento de Estado de 2015 (OE 2015), inscreveu objetivos de redução do endividamento das entidades incluídas no subsetor da Administração Local, por ligação aos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL).

Quadro 9: Redução do Stock dos Pagamentos em Atraso c/Acordos

Redução Pagamentos Atraso	2015	Cumprimento	Enunciado da Regra	Legislação Aplicável
Stock (SIIAL) dez-2015 / set-2014	84,47%	Não	Até ao final do ano de 2015, os Municípios reduzem, no mínimo, 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados, em setembro de 2014, no SIIAL, para além das reduções do PAEL.	N.º 1, artigo 98.º do LOE 2015
Stock (SIIAL) jun-2015 / set-2014	77,40%	Não	Até ao final do 1.º semestre de 2015, os Municípios reduzem, no mínimo, 5% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados, em setembro de 2014, no SIIAL, para além das reduções do PAEL.	N.º 2, artigo 98.º do LOE 2015

As metas para 2015 foram:

1. Redução de, pelo menos, 5% do *stock* a setembro de 2014 até ao final do 1.º semestre 2015;
2. Redução de, pelo menos, 10% do *stock* a setembro de 2014 até ao final de 2015.

Infelizmente, as metas enunciadas não são muito animadoras, uma vez que o Município aumentou o *stock* dos pagamentos em atraso, no final de 2015, em (+) 84,47%, face ao limite legalmente imposto (dezembro de 2015 face a setembro de 2014).

3.5. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O POCAL fixava as regras de equilíbrio orçamental fixando a do designado equilíbrio formal ou global – não há orçamentos deficitários - e a do equilíbrio substancial, isto é, as receitas correntes devem cobrir as despesas correntes no desiderato de se obterem saldos correntes positivos, desde logo, para o financiamento de despesa de capital.

O RFALEI veio reforçar a regra do equilíbrio orçamental estatuidando, no seu artigo 40.º, que as receitas correntes devem dar cobertura às despesas correntes acrescidas das amortizações médias dos empréstimos e médio e longo prazo estabelecendo uma banda de incumprimento até 5% das receitas correntes totais que deve ser compensado no ano seguinte.

Quadro 10: Regras Orçamentais de Equilíbrio

Equilíbrios Orçamentais	2015	Cumprimento	Enunciado da Regra	Legislação Aplicável
Receita Total \geq Despesa Total		Sim	O orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas	Alínea e), ponto 3.1.1 das Considerações Técnicas do POCAL e n.º 1, artigo 40.º do RFALEI
Receita Corrente \geq Despesa Corrente		Sim	As receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes	Alínea e), ponto 3.1.1 das Considerações Técnicas do POCAL
Receita Corrente Bruta \geq (Despesa Corrente + Amortização Média de Empréstimos MLP)		Sim	A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo	N.º 2 do artigo 40.º do RFALEI

Os dados de fecho da execução orçamental registam o cumprimento deste conjunto de normas, sendo o valor das amortizações médias, calculado nos termos do n.º 4 do artigo 40.º da citada Lei (capital contraído dividido pelo número de anos do contrato), com alguma relevância no Município de Armamar (em 2015 o valor de 685.782,74 EUR).

CAPÍTULO IV – REPORTING E ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.1. NOTA INTRODUTÓRIA

As informações apresentadas neste capítulo resultam da contabilidade patrimonial, sistema que tem por objetivo principal o registo das operações que modificam a constituição, quantitativa ou qualitativa, do património do Município, determinado como o agregado de todos os seus bens, direitos e obrigações, e os custos e proveitos gerados pela atividade desenvolvida.

A construção de mapas financeiros como o Balanço e Demonstração de Resultados facilita a obtenção de informação da posição económico-financeira do Município, sua execução e evolução, para ulterior diagnóstico e tomada de decisões.

No presente relatório recorreu-se à Contabilidade Patrimonial ou Financeira para a obtenção de informação necessária à análise económica, centrada nos proveitos e custos, e de estrutura financeira.

A opção pela utilização de informação produzida a partir da Contabilidade Patrimonial para a análise da situação económica e financeira do Município, não inibiu a apresentação da

resultante da Contabilidade Orçamental no Capítulo II deste relatório. Salienta-se, no entanto, as divergências, regra geral, existentes entre os valores relativos a Proveitos e Custos (Contabilidade Patrimonial ou Financeira) e de Receitas e Despesas (Contabilidade Orçamental) pela natureza diversa dos conceitos, muito ampliadas pela via da já referida significativa redução da dívida operada em 2015.

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

4.2.1 RESULTADOS OPERACIONAIS

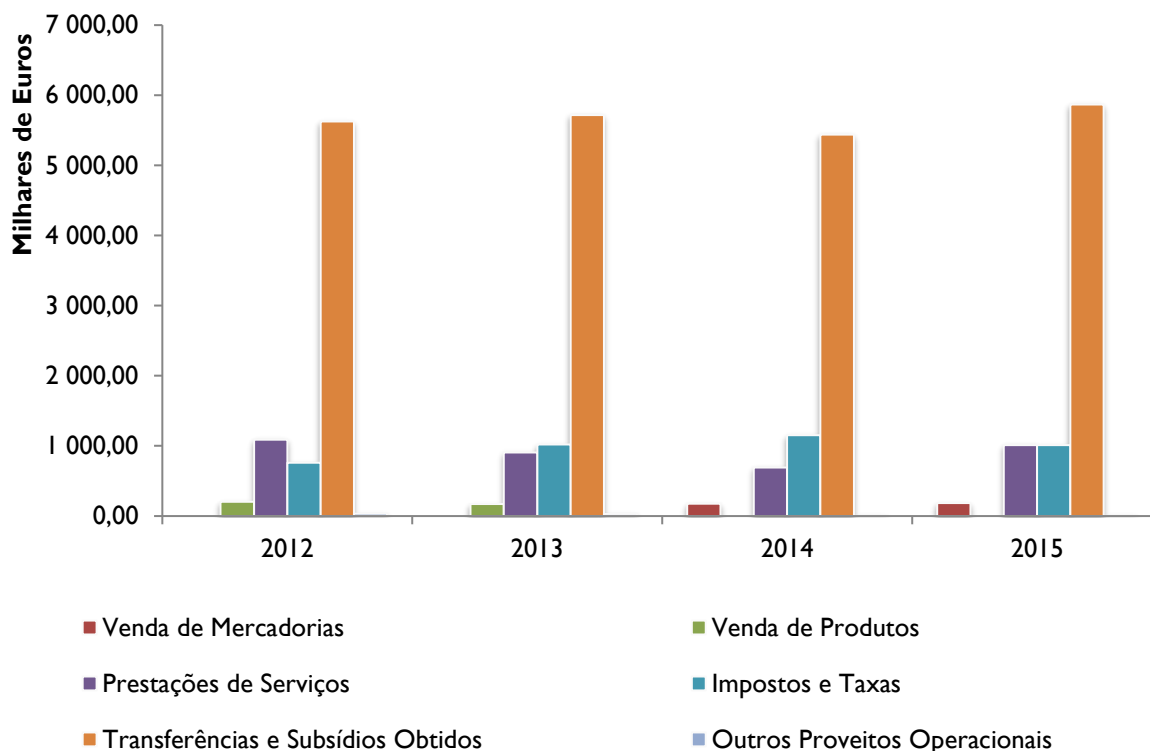
Os Resultados Operacionais evoluíram positivamente, em função da variação positiva nos Proveitos Operacionais conjugada com o aumento dos Custos Operacionais, (614.011,32 mil de euros e 495.705,98 mil de euros, respetivamente), ainda que se saldem em 428.206,91 mil de euros.

Quadro II: Resultados Operacionais

(Unidade: Euro)

Resultados Operacionais	2012	2013	2014	2015	Crescimento 2015/2014	
					Valor	%
Custo Mercadoria Vendida e Matéria Consumidas	17 800,29	29 448,47	313 134,43	318 309,47	5 175,04	1,65%
Fornecimentos e Serviços Externos	1 998 745,96	2 115 481,31	2 100 065,23	2 261 305,65	161 240,42	7,68%
Remunerações	2 116 708,58	2 223 934,47	2 233 981,65	2 415 447,69	181 466,04	8,12%
Encargos Sociais (Encargos s/Remunerações, Seguros e Outros)	524 307,36	515 210,31	574 027,57	608 093,94	34 066,37	5,93%
Transferências Subs. Corr. Conc., Prest. Soc.	440 722,28	360 073,92	349 941,93	94 965,21	-254 976,72	-72,86%
Amortizações do Exercício	1 365 204,35	1 638 680,35	1 560 645,03	1 789 515,57	228 870,54	14,67%
Provisões do Exercício	0,00	0,00	0,00	149 496,78	149 496,78	-
Outros Custos e Perdas Operacionais	316,16	2 064,53	22 360,08	12 727,59	-9 632,49	-43,08%
Total dos Custos	6 463 804,98	6 884 893,36	7 154 155,92	7 649 861,90	495 705,98	6,93%
Venda de Mercadorias	0,00	0,00	175 163,36	182 970,01	7 806,65	4,46%
Venda de Produtos	202 496,07	172 361,45	0,00	0,00	0,00	-
Prestações de Serviços	1 090 512,09	905 809,55	692 413,59	1 012 245,97	319 832,38	46,19%
Impostos e Taxas	758 410,68	1 021 909,00	1 151 443,90	1 011 579,53	-139 864,37	-12,15%
Transferências e Subsídios Obtidos	5 626 412,87	5 719 011,59	5 440 643,71	5 870 129,74	429 486,03	7,89%
Outros Proveitos Operacionais	36 518,04	31 914,85	4 392,93	1 143,56	-3 249,37	-73,97%
Total dos Proveitos	7 714 349,75	7 851 006,44	7 464 057,49	8 078 068,81	614 011,32	8,23%
Resultados Operacionais	1 250 544,77	966 113,08	309 901,57	428 206,91	118 305,34	38,18%

Gráfico 10: Estrutura dos Proveitos Operacionais

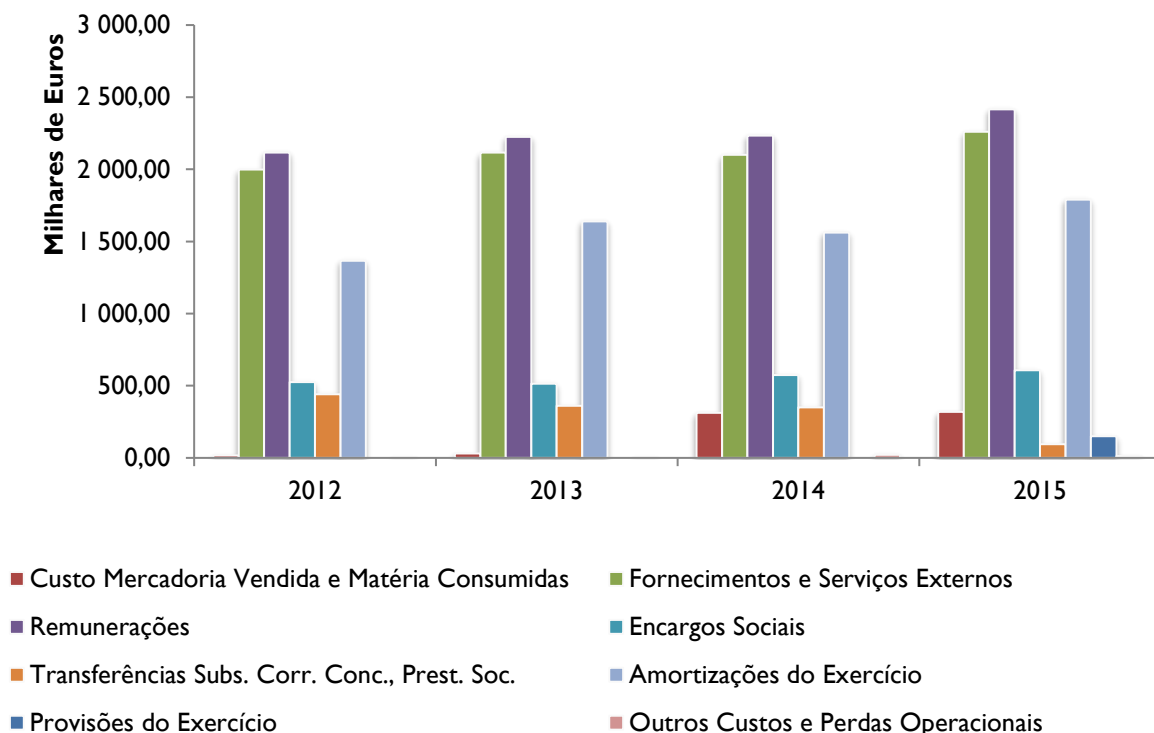


Os Proveitos Operacionais, gerados pela atividade corrente do Município, totalizaram 8,078 milhões de euros, revelando um aumento de 614 mil euros, face a 2014, resultando, sobretudo, do incremento das Prestações de Serviços (+ 319,8 mil de euros) e Transferências e Subsídios Obtidos (+ 429,4 mil euros) componentes mais significativas dos proveitos deste conjunto.

O aumento dos Transferências e Subsídios Obtidos para o valor de 5,8 milhões de euros, resultou do aumento das transferências oriundos do Orçamento de Estado, assim como do reconhecimento da especialização dos subsídios ao investimento, de bens imóveis que foram concluídos e começaram a ser amortizados. Note-se, que a maior fatia dos proveitos operacionais é proveniente do Orçamento de Estado.

As Prestações de Serviços, no total de 1,01 milhões de euros, aumentaram 46,19% / 319,8 mil euros face a 2014, em resultado da internalização dos serviços da Armamar Investe Mais, E.E.M. no Município, o que fez aumentar os proveitos.

Gráfico II: Estrutura dos Custos Operacionais



Este agregado integra o Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas (CMVC), os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), os Custos com Pessoal e Outros, assim como as Amortizações e Provisões do Exercício. Com um valor total de 7,6 milhões de euros e um aumento de 6,93% (495,7 mil de euros), sobressaem:

- Os Custos com Pessoal e FSE, com valores de 3,02 milhões de euros e 2,26 milhões de euros, face a 2014, resultaram sobretudo da internalização no Município dos encargos de funcionamento das piscinas municipais cobertas e dos trabalhadores da extinta Armamar Investe, Mais, E.E.M, e aumentos de 215,5 mil de euros e 161,2 mil euros, respetivamente;
- As amortizações tiveram o maior aumento do quadriénio (14,67%), em resultado da conclusão de alguns investimentos em curso (obras), destacando-se aqui a Zona Ribeirinha da Folgosa e Requalificação Urbana da Vila de Armamar.

4.2.2 RESULTADOS LÍQUIDOS

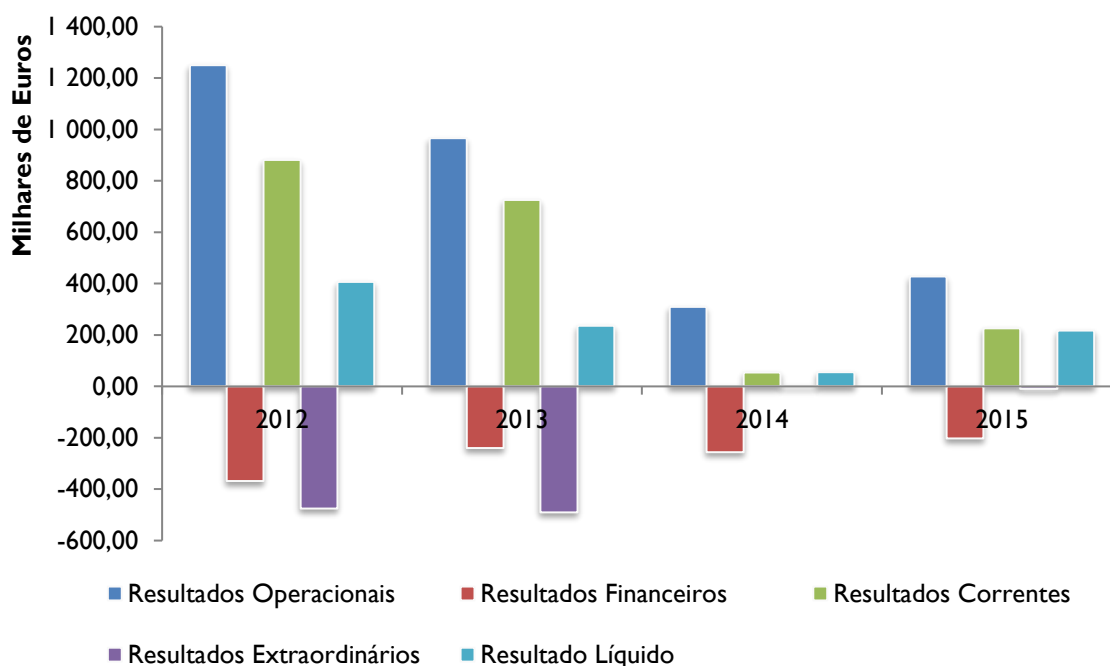
Quadro 12: Síntese da Demonstração dos Resultados

(Unidade: Euro)

Resultados	2012	2013	2014	2015	Crescimento 2015/2014	
					Valor	%
Resultados Operacionais	1 250 544,77	966 113,08	309 901,57	428 206,91	118 305,34	38,18%
Resultados Financeiros	-368 709,35	-240 132,45	-256 291,75	-202 149,57	54 142,18	-21,13%
Resultados Correntes	881 835,42	725 980,63	53 609,82	226 057,34	172 447,52	321,67%
Resultados Extraordinários	-475 563,46	-489 786,13	1 428,84	-9 058,24	-10 487,08	-733,96%
Resultado Líquido	406 271,96	236 194,50	55 038,66	216 999,10	161 960,44	294,27%

A junção dos proveitos gerados com os custos efetuados ao nível da atividade operacional, do exercício da função financeira ou de factos pontuais, reconhecidos quando obtidos ou incorridos de forma autónoma do seu recebimento ou pagamento, originou um Resultado Líquido positivo de 216,9 mil de euros.

Gráfico 12: Evolução dos Resultados Líquidos



O Município encerrou as suas contas referentes ao exercício em análise, com um Resultado Líquido de Exercício (RL) positivo, motivado essencialmente pela venda de produtos e prestação de serviços e pelas transferências do Orçamento de Estado, de fundos comunitários e cooperação técnica e financeira, que superaram os custos com o pessoal e com matérias consumidas e aquisição de outros bens e serviços. Será de realçar, que o RL quando

comparado com o mesmo período homólogo (2014) sofreu um aumento de 161.960,44 EUR, ou seja uma variação de (+) 294,27%.

Os Resultados Financeiros apresentam um saldo negativo revelando o peso pelo pagamento de juros de empréstimos bancários e de outros contratos de financiamento.

Os resultados extraordinários relacionam-se com as transferências e subsídios para terceiros com os proveitos e ganhos ou perdas na alienação de imóveis.

4.3. ANÁLISE FINANCEIRA AO BALANÇO

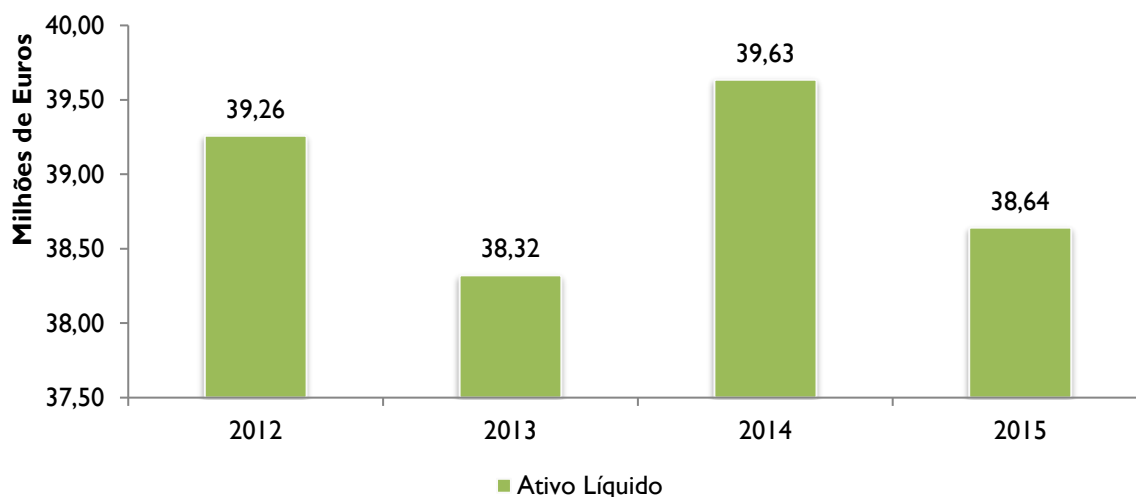
4.3.1 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS ATIVOS

Quadro 13: Evolução do Ativo Líquido no Quadriénio

(Unidade: Euro)

Resultados	2012	2013	2014	2015	Crescimento 2015/2014	
					Valor	%
Ativo Líquido	39.258.305,99	38.320.505,26	39.634.061,40	38.641.197,48	-992.863,92	-2,51%

Gráfico 13: Evolução do Ativo Líquido



O Ativo Líquido do Município, a 31 de dezembro de 2015, situou-se nos 38,64 milhões de euros (incluídos os Acréscimos e Diferimentos, no total de 176,09 mil de euros), caracterizando um decréscimo de 992,86 mil de euros (- 2,51%), face ao exercício de 2014.

Nos pontos subsequentes apresenta-se uma síntese da estrutura dos ativos municipais e da sua evolução face ao exercício económico de 2014.

4.3.1.1 ATIVO IMOBILIZADO

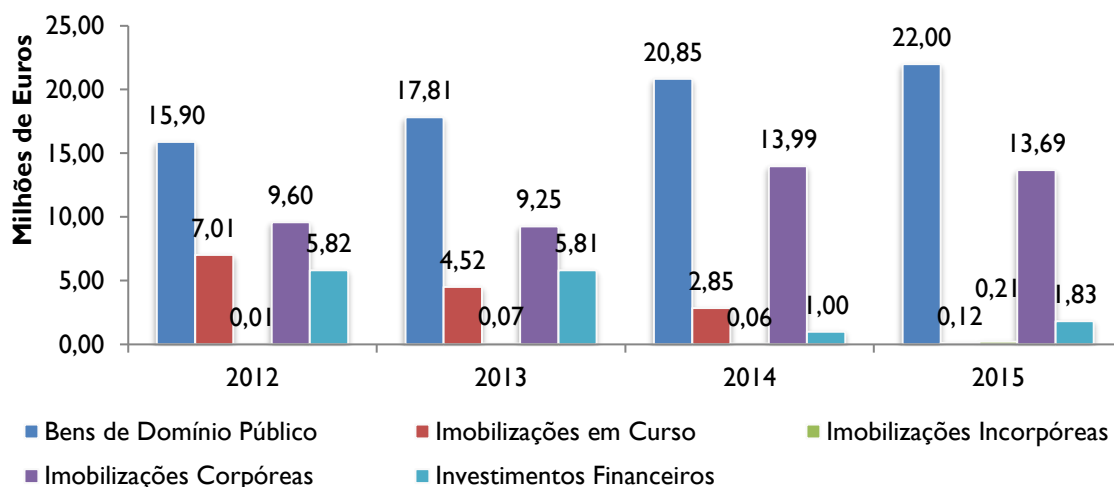
As contas de Imobilizado, com um valor líquido de 37,8 milhões de euros, são as mais significativas do Ativo Líquido (97,90 % do total), com uma diminuição, relativamente ao fecho de 2014, de 911.871,55 mil de euros.

Quadro 14: Imobilizado

(Unidade: Euro)

Imobilizado	2012	2013	2014	2015	Crescimento 2015/2014	
					Valor	%
Bens de Domínio Público	15 896 261,63	17 813 993,98	20 846 450,12	21 995 998,04	1 149 547,92	5,51%
Imobilizações em Curso	7 012 875,15	4 521 505,86	2 854 911,68	1 17 263,95	-2 737 647,73	-95,89%
Imobilizações Incorpóreas	7 465,81	67 860,51	55 070,25	205 481,25	150 411,00	273,13%
Imobilizações Corpóreas	9 595 749,30	9 246 146,67	13 985 057,13	13 685 693,17	-299 363,96	-2,14%
Investimentos Financeiros	5 817 315,49	5 805 170,53	1 000 206,17	1 825 387,39	825 181,22	82,50%
Total	38 329 667,38	37 454 677,55	38 741 695,35	37 829 823,80	-911 871,55	-2,35%

Gráfico 14: Evolução do Imobilizado



Esta rubrica do Balanço integra os Bens de Domínio Público, Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas e Investimentos Financeiros:

- Os Bens de Domínio Público, deduzidos das correspondentes Imobilizações em Curso, cresceram 5,51% (1,14 milhões de euros). Para este aumento contribuiu largamente a conclusão/transferência do imobilizado que se encontrava em curso, para o imobilizado definitivo;

- O conjunto das Imobilizações em Curso diminuiu 95,89% (-2,73 milhões de euros). Esta situação resulta claramente, de uma diminuição do investimento, uma vez que existem falta de recursos financeiros para investir no Concelho;
- Os Investimentos Financeiros, em termos líquidos, cresceram 82,50% (825.181,22 mil de euros). O aumento registado no valor líquido dos investimentos financeiros deve-se sobretudo à participação financeira no Fundo de Apoio Municipal, assim como à requalificação e adaptação do edifício sede do mercado municipal.

4.3.2 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS PASSIVOS

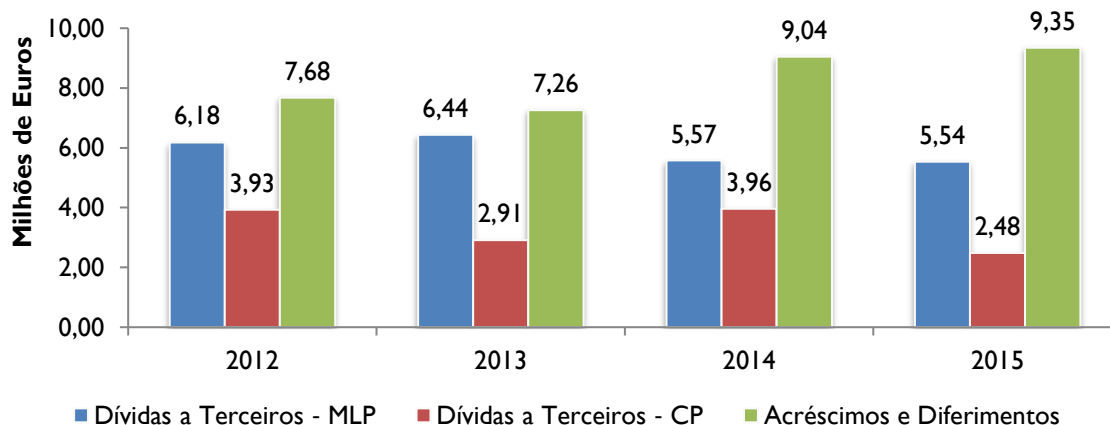
Quadro 15: Passivo Municipal

(Unidade: Euro)

Imobilizado	2012	2013	2014	2015	Crescimento 2015/2014	
					Valor	%
Dívidas a Terceiros - MLP	6 179 347,70	6 437 240,14	5 573 393,19	5 538 501,47	-34 891,72	-0,63%
Dívidas a Terceiros - CP	3 929 671,39	2 911 669,21	3 961 952,20	2 483 194,17	-1 478 758,03	-37,32%
Acréscimos e Diferimentos	7 676 280,13	7 262 394,64	9 042 467,31	9 346 254,04	303 786,73	3,36%
Total	17 785 299,22	16 611 303,99	18 577 812,70	17 367 949,68	-1 209 863,02	-6,51%

A 31 de dezembro de 2015, o Passivo (incluindo os Acréscimos e Diferimentos, de 9,34 milhões de euros) diminuiu 1,20 milhões de euros, isto é, 6,51% face ao exercício de 2014, saldando-se em 17,36 milhões de euros.

Gráfico 15: Evolução do Passivo



Esta variação resulta da diminuição dos valores das Dívidas a Terceiros (- 1,51 milhões de euros) por contraponto ao aumento dos Acréscimos e Diferimentos (+ 303.786,73 mil de euros).

A 31 de dezembro 2015, foram inscritos no Passivo, Provisões para Riscos e Encargos no valor de 149.496,78 mil euros, respeitantes a processos judiciais em curso.

4.3.2.1 DÍVIDAS A TERCEIROS

Quadro 16: Dívidas a Terceiros

(Unidade: Euro)

Dívidas a Terceiros	2012	2013	2014	2015	Crescimento 2015/2014	
					Valor	%
Provisões para Riscos e Encargos	0,00	0,00	0,00	149 496,78	149 496,78	-
Empréstimos Obtidos	5 713 288,69	6 018 205,53	5 141 637,02	4 448 090,92	-693 546,10	-13,49%
Fornecedores c/Factoring	97 892,36	137 046,87	37 070,79	664 839,66	627 768,87	1693,43%
Fornecedores c/Leasing e Cessão de Créditos	368 166,65	281 987,74	79 792,80	13 663,53	-66 129,27	-82,88%
Administrações Públicas - FAM	0,00	0,00	314 892,58	262 410,58	-52 482,00	-16,67%
Dívidas a Terceiros - MLP	6 179 347,70	6 437 240,14	5 573 393,19	5 538 501,47	-34 891,72	-0,63%
Empréstimos Obtidos ¹	385 000,00	385 000,00	1 044 846,44	950 835,13	-94 011,31	-9,00%
Fornecedores c/c	2 311 783,34	1 626 085,52	1 706 820,39	992 151,57	-714 668,82	-41,87%
Fornecedores, Fat. Receção e Conferência	0,00	0,00	17 263,40	0,00	-17 263,40	-100,00%
Fornecedores de Imobilizado, c/c	948 184,18	659 865,39	750 553,20	135 224,61	-615 328,59	-81,98%
Fornecedores de Imobilizado, c/Garantias	0,00	0,00	0,00	173 515,38	173 515,38	-
Estado e Outros Entes Públicos	54 698,11	46 598,91	39 873,77	41 366,65	1 492,88	3,74%
Garantias e Cauções	37 869,64	24 822,08	18 789,08	18 707,39	-81,69	-0,43%
Outros Credores	192 136,12	169 297,31	383 805,92	171 393,44	-212 412,48	-55,34%
Dívidas a Terceiros - CP	3 929 671,39	2 911 669,21	3 961 952,20	2 483 194,17	-1 478 758,03	-37,32%
Total	10 109 019,09	9 348 909,35	9 535 345,39	8 021 695,64	-1 513 649,75	-15,87%

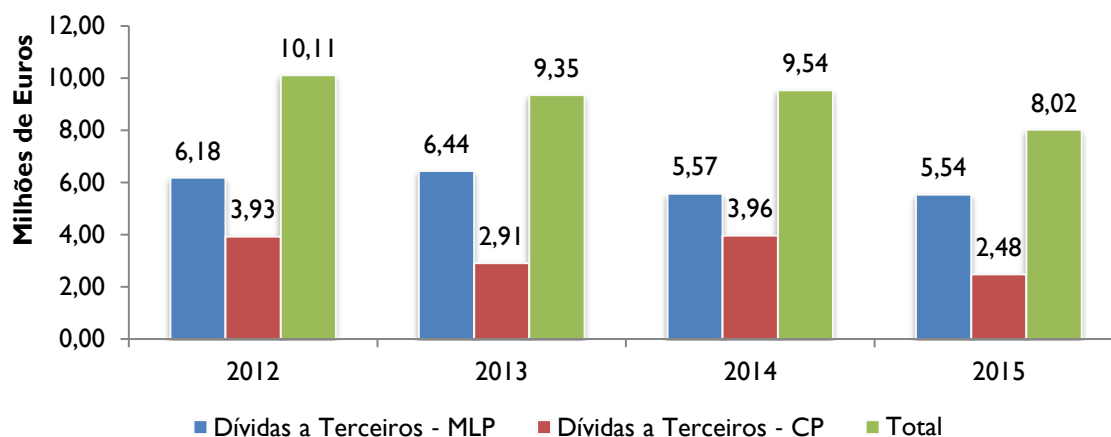
Nota: ¹O agregado "Empréstimos Obtidos" agrupa os empréstimos de curto prazo + empréstimos de médio e longo prazo com exibilidade a curto prazo.

A rubrica Dívidas a Terceiros corresponde ao conjunto das obrigações do Município face ao exterior; registou no final de 2015 um saldo credor de 8,02 milhões de euros (20,76% do Ativo Líquido), com uma redução de 1,51 milhões de euros, face ao final de 2014.

Do total, 5,54 milhões de euros correspondem a dívidas de Médio e Longo Prazo (MLP) e 2,48 milhões de euros a dívidas de Curto Prazo (CP).

O gráfico seguinte apresenta em detalhe a estrutura do endividamento com exigibilidade a médio e longo prazo, no quadriénio, cuja diminuição global, fica a dever-se à amortização de dívida para com instituições de crédito, isto é, em contratos de factoring e cedência de créditos, mas sobretudo, a contratos de empréstimos bancários. Note-se, que a dívida de médio e longo prazo diminuiu, face a 2014, 0,63%.

Gráfico 16: Evolução da Dívida a Terceiros



4.3.3 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios municipais com um saldo de 21,27 milhões de euros cresceram 216.999,10 mil de euros (1,03%) face a 2014; representam 55,05% do Ativo Líquido.

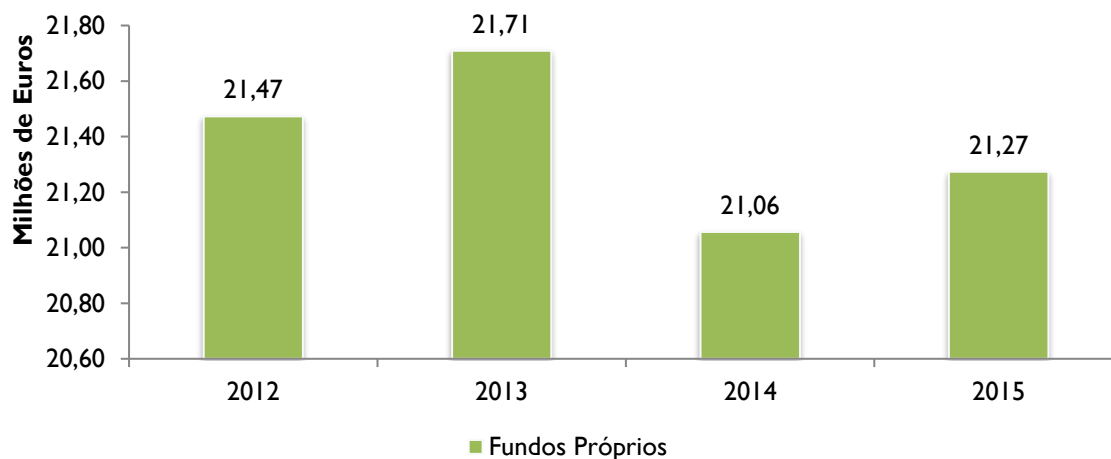
Quadro 17: Fundos Próprios

(Unidade: Euro)

Fundos Próprios	2012	2013	2014	2015	Crescimento 2015/2014	
					Valor	%
Património	18 477 644,63	18 477 644,63	18 477 644,63	18 477 644,63	0,00	0,00%
Reservas ¹	826 218,83	846 532,43	480 542,14	483 294,07	2 751,93	0,57%
Resultados Transitados	1 762 871,35	2 148 829,71	1 990 936,54	2 095 310,00	104 373,46	5,24%
Resultado Líquido do Exercício	406 271,96	236 194,50	107 125,39	216 999,10	109 873,71	102,57%
Total	21 473 006,77	21 709 201,27	21 056 248,70	21 273 247,80	216 999,10	1,03%

Nota: ¹As Reservas agregam reservas de reavaliação, reservas legais, subsídios e doações.

Gráfico 17: Evolução dos Fundos Próprios



O montante de Fundos Próprios resultou dos valores de 18,47 milhões de euros de Património, 483.294,07 mil de euros de Reservas, 2,09 milhões de euros de Resultados Transitados e 216.999,10 mil de euros de Resultado Líquido do exercício.

A variação de Resultados Transitados entre o fim dos exercícios de 2014 e 2015 (+ 104.373,46 mil de euros) resultou dos seguintes movimentos:

- Aplicação de resultados referentes ao exercício de 2014;
- Impacto líquido da internalização da Armamar Investe Mais, E.E.M., decorrente dos impactos no ativo e no passivo tendo em conta a integração dos valores da empresa, assim como a anulação dos saldos entre o Município e a Armamar Investe Mais, E.E.M.;
- Regularizações de Imobilizado e Subsídios ao Investimentos.

4.4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em 2015, o Resultado Líquido do Município situou-se nos 216.999,10 euros (duzentos e dezasseis mil, novecentos e noventa e nove euros e dez cêntimos).

Propõe-se que nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, 5% dos Resultados Líquidos do Exercício, isto é, 10.849,96 euros (dez mil, oitocentos e quarenta e nove euros e noventa e seis cêntimos) sejam transferidos para Reservas Legais e que o remanescente, no montante de 206.149,15 mil euros (duzentos e seis mil, cento e quarenta e nove euros e quinze cêntimos) seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Quadro 18: Proposta de Aplicação de Resultados

	(Unidade: Euro)
Aplicação do Resultado Líquido	2015
Reservas Legais	10 849,96
Resultados Transitados	206 149,15
Resultado Líquido do Exercício	216 999,10

CAPÍTULO V – TERMO DE ENCERRAMENTO

O presente Relatório de Gestão foi aprovado na reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 22 de abril de 2016.

O Presidente:

Os Vereadores:

E, foi aprovada na única reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada em ____ de abril de 2016.

O Presidente:

Primeiro Secretário:

Segundo Secretário:

(O presente documento, contém assinaturas eletrônicas qualificadas do cartão de cidadão dos membros do Órgão Executivo Colegial e dos membros da mesa do Órgão Deliberativo, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 02 de Agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 88/2009, de 09 de Abril.)

CAPÍTULO VI – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. BALANÇO
2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
3. CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA
4. CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA
5. EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
6. EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL
7. MAPA DE FLUXOS DE CAIXA
8. OPERAÇÕES DE TESOURARIA;
9. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 - 9.1 ATIVO BRUTO E AMORTIZAÇÕES DETALHADO
 - 9.2 MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA
 - 9.3 MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA
 - 9.4 MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
 - 9.5 CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA
 - 9.6 EMPRÉSTIMOS
 - 9.7 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS
10. RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA
11. SÍNTESE DE RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS
12. RELAÇÃO DOS EMOLUMENTOS NOTARIAIS E CUSTAS DE EXECUÇÕES FISCAIS
13. RELAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES
14. RELAÇÃO NOMINAL DE RESPONSÁVEIS
15. DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS EM ATRASO
16. DECLARAÇÃO SOBRE O REGISTO DOS ENCARGOS PLURIANUAIS

Edifício Sede do Município de Armamar, 18 de abril de 2016